



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0009151-56.2011.8.17.0001 (0320803-3)

RECORRENTE: IRH – Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (SASSEPE)

PROCURADOR: Rosana Cláudia Lowenstein de Araújo Feitosa

RECORRIDO: Rufino Lopes de Sousa Filho

ADVOGADO: Mariana Pacheco Rodrigues Almeida

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

EMENTA: DIREITOS HUMANOS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO À VIDA E A SAÚDE. FORNECIMENTO REALIZAÇÃO DE IMPLANTE. TRATAMENTO ESSENCIAL À SAÚDE DO AUTOR. SASSEPE. DANOS MORAIS. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. IMPROVIDO O RECURSO DE AGRAVO.

RELATÓRIO

-Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação Cível interposto pelo Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco contra decisão terminativa, fls. 137/138, que deu provimento parcial a Apelação n. 0320803-3, de modo a modificar apenas a incidência da correção monetária.

-O recorrente, em suas razões (fls. 141/144), afirma que a decisão não se adequa às hipóteses autorizadoras de julgamento monocrático. Sustenta que os poderes outorgados ao relator apenas podem ser exercidos nos estritos moldes e limites do art.557 do CPC. Ou seja, caberá ao relator a tarefa de realizar o cotejo entre a norma criada anteriormente pelo colegiado e o caso que é apresentado. Todavia, informa que este Tribunal de Justiça não possui jurisprudência ou súmula firmada no presente caso, mas sim, para casos análogos, similares. Alega, ainda, que deverá ser enfrentada a questão referente à condenação por danos morais e quanto à possibilidade de fixação dos mesmos em salários mínimos.

-Deflui do cotejo dos autos que Rufino Lopes de Souza Filho, beneficiário do plano de saúde dos servidores do Estado de Pernambuco, é portador de hérnia de disco, com perda funcional do membro inferior direito decorrente de dor crônica neuropática, motivo pelo qual, o Dr. Leandro Braun (CRM 14.751) solicitou a realização de um implante de eletrodo epidural 49050222-2 (X2) e um implante de gerador para neuroestimulação 4905011-7, conforme laudo médico anexado às fls. 16.

-É cediço que, naqueles casos em que comprovada a necessidade do fornecimento de medicamento ou tratamento essencial à saúde do cidadão, cumpre ao Estado prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde.

-Pois bem, ainda que se trate de situação jurídica diversa, posto que o pleito do autor/recorrido baseia-se na relação jurídica que o mesmo mantém com o SASSEPE, cumpre ao Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos seus Servidores e dependentes, o fornecimento do tratamento pleiteado.

-Ora, mesmo naqueles casos em que não há contraprestação, cabe ao Estado, consoante entendimento consolidado neste Tribunal, o fornecimento de tratamento perseguido, tanto que, acerca do tema, foi aprovado enunciado sumular (Súmula 18 do TJPE), máxime no caso em apreço, em que o beneficiário contribui mês a mês para a manutenção do SASSEPE, com vistas, obviamente, à obtenção de contraprestação necessária e suficiente, no momento em que precisa.

-No mais, constata-se ser entendimento consolidado nesta Câmara de Direito Público que a amplitude da cobertura ofertada pelo SASSEPE não deve ser minorada ao alvedrio da Administração do Plano, mediante argumentos genéricos e indicativos de carência de recursos.

-Assim, mesmo que o SASSEPE esteja atrelado a um regime jurídico diverso dos seguros-saúde de direito privado, encontra-se, pela própria natureza do serviço prestado, obrigado à contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos da parte recorrente não podem se sobrepor ao direito à saúde da parte recorrida.

-Nesta senda, ainda que o art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 30/2001, que cria o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – SASSEPE, estabeleça que a assistência à saúde será prestada com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE, bem como que a cobertura permitida para os programas de assistência à saúde do SASSEPE será aquela constante do rol de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

procedimentos definidos em resolução do CONDASPE, entende-se que o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (IRH) está obrigado ao fornecimento do tratamento pleiteado por Rufino Lopes de Souza Filho.

-Por fim, destaca-se não se tratar de ingerência indevida do Poder Judiciário em atribuição discricionária do Poder Público, posto que a obrigação de prestar tratamento ao recorrido decorre da lei, o que justifica a atuação deste Poder com vistas à coibição de atos arbitrários.

-Outrossim, é evidente, no caso em análise, a responsabilidade do recorrente para disponibilizar o tratamento adequado ao recorrido, bem como a violação de direitos da personalidade do mesmo. É certo, de acordo com os fatos trazidos nos autos, que ocorreram transtornos na saúde do autor/recorrido, em razão da omissão do plano de saúde, por longo período, em propiciar tratamento adequado e correto ao paciente.

-De acordo com a teoria do risco administrativo, a responsabilidade do réu é objetiva, não sendo necessária a comprovação de culpa do agente para o ressarcimento do dano ocasionado. O nexo de causalidade é incontestável visto que o autor passou a sentir dores crônicas diárias, com o impedimento de realizar atividades corriqueiras, inclusive com perda funcional do membro, decorrentes da falta do tratamento para a sua enfermidade.

-Acerca da fixação do quantum indenizatório, devido pelos danos morais, não há um critério legal e objetivo para a sua determinação, inclusive porque é evidente a impossibilidade de ser restituído o estado emocional da vítima antes da ocorrência do dano. No entanto, a jurisprudência vem entendendo que tal indenização deve atender a uma dupla função: a de reparar o dano, buscando minimizar a dor da vítima, e a de punir o ofensor para que não reincida.

-Portanto, esse valor não pode ser tão irrisório de modo que não alcance a atenuação do sofrimento da vítima, nem exorbitante, para não representar enriquecimento sem causa. No caso em análise, embora não seja mais possível a diminuição de todo o seu sofrimento, deve ser mantida a condenação do réu-recorrente ao pagamento de 10 (dez) salários mínimos vigentes à época do evento danoso, pois a indenização servirá como forma de punição para que não se repita tal omissão.

-Não merece prosperar, ainda, a alegação trazida pelo recorrente de que é vedada constitucionalmente a vinculação do salário mínimo para outros fins que não aqueles dispostos no artigo 7º, IV, da CF/88, há entendimento jurisprudencial no sentido de admitir a fixação dos danos morais ao valor do salário mínimo vigente à época do evento danoso: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL.DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.MONTANTE INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. VALOR DA REPARAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA DESVINCULADA DO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. (...) Portanto, a indenização, quando fixada em salários mínimos, deve considerar o valor de salário mínimo vigente à época do evento danoso, computando-se a partir daí a correção monetária.(AgRg no Ag 938.114/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/06/2010, DJe 28/06/2010)

-Unanimemente, negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível n.0320803-3, em que figura como recorrente o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco e como recorrido Rufino Lopes de Sousa Filho.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este acórdão.

Recife,

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO N. 0009151-56.2011.8.17.0001 (0320803-3)

RECORRENTE: IRH – Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (SASSEPE)

PROCURADOR: Rosana Cláudia Lowenstein de Araújo Feitosa

RECORRIDO: Rufino Lopes de Sousa Filho

ADVOGADO: Mariana Pacheco Rodrigues Almeida

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em Apelação Cível interposto pelo Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco contra decisão terminativa, fls. 137/138, que deu provimento parcial a Apelação n. 0320803-3, de modo a modificar apenas a incidência da correção monetária.

O recorrente, em suas razões (fls. 141/144), afirma que a decisão não se adequa às hipóteses autorizadoras de julgamento monocrático. Sustenta que os poderes outorgados ao relator apenas podem ser exercidos nos estritos moldes e limites do art.557 do CPC. Ou seja, caberá ao relator a tarefa de realizar o cotejo entre a norma criada anteriormente pelo colegiado e o caso que é apresentado. Todavia, informa que este Tribunal de Justiça não possui jurisprudência ou súmula firmada no presente caso, mas sim, para casos análogos, similares. Alega, ainda, que deverá ser enfrentada a questão referente à condenação por danos morais e quanto à possibilidade de fixação dos mesmos em salários mínimos.

Por derradeiro, pugna pela reforma da decisão que negou seguimento ao apelo.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

VOTO

Através de decisão monocrática proferida na Apelação, fls.137/138, foi dado provimento parcial ao recurso, estando a decisão lançada nestes termos:

XX

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Deflui do cotejo dos autos que Rufino Lopes de Souza Filho, beneficiário do plano de saúde dos servidores do Estado de Pernambuco, é portador de hérnia de disco, com perda funcional do membro inferior direito decorrente de dor crônica neuropática, motivo pelo qual, o Dr. Leandro Braun (CRM 14.751) solicitou a realização de um implante de eletrodo epidural 49050222-2 (X2) e um implante de gerador para neuroestimulação 4905011-7, conforme laudo médico anexado às fls. 16.

Em razão da falta de recursos financeiros para custear o procedimento, Rufino Lopes de Souza Filho ajuizou a presente ação no escopo de obter os implantes receitados. O MM. Juiz de primeiro grau, em decisum de fls.29, concedeu a antecipação de tutela pleiteada e condenou o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (IRH) a realizar o procedimento solicitado.

É cediço que, naqueles casos em que comprovada a necessidade do fornecimento de medicamento ou tratamento essencial à saúde do cidadão, cumpre ao Estado prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde.

Pois bem, ainda que se trate de situação jurídica diversa, posto que o pleito do autor/recorrido baseia-se na relação jurídica que o mesmo mantém com o SASSEPE, cumpre ao



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Estado, através do Sistema de Assistência à Saúde dos seus Servidores e dependentes, o fornecimento do tratamento pleiteado.

Ora, mesmo naqueles casos em que não há contraprestação, cabe ao Estado, consoante entendimento consolidado neste Tribunal, o fornecimento de tratamento perseguido, tanto que, acerca do tema, foi aprovado enunciado sumular (Súmula 18¹ do TJPE), máxime no caso em apreço, em que o beneficiário contribui mês a mês para a manutenção do SASSEPE, com vistas, obviamente, à obtenção de contraprestação necessária e suficiente, no momento em que precisa.

No mais, constatei ser entendimento consolidado nesta Câmara de Direito Público que a amplitude da cobertura ofertada pelo SASSEPE não deve ser minorada ao alvedrio da Administração do Plano, mediante argumentos genéricos e indicativos de carência de recursos.

Assim, mesmo que o SASSEPE esteja atrelado a um regime jurídico diverso dos seguros-saúde de direito privado, encontra-se, pela própria natureza do serviço prestado, obrigado à contraprestação de assistência à saúde, posto que os interesses econômicos da parte recorrente não podem se sobrepor ao direito à saúde da parte recorrida.

Nesta senda, ainda que o art. 14² da Lei Complementar Estadual nº 30/2001, que cria o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco – SASSEPE, estabeleça que a assistência à saúde será prestada com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE, bem como que a cobertura permitida para os programas de assistência à saúde do SASSEPE será aquela constante do rol de procedimentos definidos em resolução do CONDASPE, entendo que o Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (IRH) está obrigado ao fornecimento do tratamento pleiteado por Rufino Lopes de Souza Filho.

Por fim, destaco não se tratar de ingerência indevida do Poder Judiciário em atribuição discricionária do Poder Público, posto que a obrigação de prestar tratamento ao recorrido decorre da lei, o que justifica a atuação deste Poder com vistas à coibição de atos arbitrários. Nesse sentido é o julgado deste Tribunal, com o qual corroboro:

ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SASSEPE. COBERTURA. AMPLITUDE. TRATAMENTO DE SAÚDE. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME. INTERLOCUTÓRIA MANTIDA. 1.O Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco - SASSEPE - não deve negar-se a custear necessário tratamento de saúde com base em argumentos genéricos de falta de possibilidade de cobertura e abrangência. 2.A determinação de custeio de tratamento de saúde de servidor público que aderiu ao SASSEPE, pagando as prestações correspondentes ao referido plano, não constitui ingerência indevida do Poder Judiciário. 3.Agravo de instrumento a que se nega provimento de forma unânime. 4.Decisão unânime. Agravo de Instrumento 0000610-08.2009.8.17.0000(181469-9). 7ª Câmara. Relator Fernando Cerqueira. Julgado em 23/03/2010.

Outrossim, é evidente, no caso em análise, a responsabilidade do recorrente para

¹ Súmula 18: É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

² Art. 14 - A assistência à saúde de que trata esta Lei Complementar será prestada aos beneficiários titulares e dependentes inscritos no SASSEPE, com a amplitude permitida pelos recursos financeiros auferidos pelo IRH-PE, e, na condição de gestor, para custeio do Sistema e aplicados na forma prevista nesta Lei Complementar para:

I - assistência médica preventiva, compreendendo, dentre outras, a profilaxia das doenças transmissíveis, educação sanitária e higiene do trabalho;

II - tratamento hospitalar nas diversas especialidades médicas; e,

III - tratamento ambulatorial em clínica médica, odontológica, cirúrgica e outras especializadas.

§ 1º - O tratamento hospitalar será preferencialmente prestado através do Hospital dos Servidores do Estado - HSE e de suas agências regionais e ambulatoriais, nos termos do regulamento desta Lei Complementar, por outras unidades hospitalares integrantes do SASSEPE ou a ele conveniadas garantido-se o atendimento ambulatorial e de internamento geriátrico.

§ 2º - Observado o disposto no caput deste artigo, a cobertura permitida para os programas de assistência à saúde do SASSEPE será aquela constante do rol de procedimentos definidos em resolução do CONDASPE.

§ 3º - Os programas de assistência à saúde do SASSEPE serão periodicamente revistos pelo CONDASPE, devendo, respeitado sempre o equilíbrio atuarial, computar a co-participação contraprestacional de seus beneficiários.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

disponibilizar o tratamento adequado ao recorrido, bem como a violação de direitos da personalidade do mesmo. É certo, de acordo com os fatos trazidos nos autos, que ocorreram transtornos na saúde do autor/recorrido, em razão da omissão do plano de saúde, por longo período, em propiciar tratamento adequado e correto ao paciente.

De acordo com a teoria do risco administrativo, a responsabilidade do réu é objetiva, não sendo necessária a comprovação de culpa do agente para o ressarcimento do dano ocasionado. O nexo de causalidade é incontestável visto que o autor passou a sentir dores crônicas diárias, com o impedimento de realizar atividades corriqueiras, inclusive com perda funcional do membro, decorrentes da falta do tratamento para a sua enfermidade.

Acerca da fixação do quantum indenizatório, devido pelos danos morais, não há um critério legal e objetivo para a sua determinação, inclusive porque é evidente a impossibilidade de ser restituído o estado emocional da vítima antes da ocorrência do dano. No entanto, a jurisprudência vem entendendo que tal indenização deve atender a uma dupla função: a de reparar o dano, buscando minimizar a dor da vítima, e a de punir o ofensor para que não reincida.

Portanto, esse valor não pode ser tão irrisório de modo que não alcance a atenuação do sofrimento da vítima, nem exorbitante, para não representar enriquecimento sem causa. No caso em análise, embora não seja mais possível a diminuição de todo o seu sofrimento, deve ser mantida a condenação do réu-recorrente ao pagamento de 10 (dez) salários mínimos vigentes à época do evento danoso, pois a indenização servirá como forma de punição para que não se repita tal omissão.

Não merece prosperar, ainda, a alegação trazida pelo recorrente de que é vedada constitucionalmente a vinculação do salário mínimo para outros fins que não aqueles dispostos no artigo 7º, IV, da CF/88³, há entendimento jurisprudencial no sentido de admitir a fixação dos danos morais ao valor do salário mínimo vigente à época do evento danoso:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL.DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.MONTANTE INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. VALOR DA REPARAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA DESVINCULADA DO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.1. A Segunda Seção desta Corte de Justiça, na esteira do decidido no Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 222.488/PR, Relator o e. Ministro Moreira Alves, orienta-se no sentido de ser vedada a vinculação do salário mínimo ao valor da indenização por dano moral.Todavia, entende ser possível sua utilização como parâmetro de fixação da verba indenizatória e não como indexador, fator de correção monetária. Portanto, a indenização, quando fixada em salários mínimos, deve considerar o valor de salário mínimo vigente à época do evento danoso, computando-se a partir daí a correção monetária.2. Esta Corte firmou entendimento no sentido de que, em casos de indenização por danos morais, decorrentes de inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, é razoável a condenação em até 50 (cinquenta) salários mínimos (da época do evento).3. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no Ag 938.114/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/06/2010, DJe 28/06/2010)

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível n.0320803-3. É como voto.

Recife,


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator

³ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: IV- salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.